



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN
GABINETE DO PREFEITO



PALÁCIO DE FRONTIN

Uma Frontin para todos

MENSAGEM Nº 011 /2022.

EXMO. SENHOR PRESIDENTE E PARES DA CÂMARA MUNICIPAL

Temos a grata satisfação de submeter à apreciação dessa Colegiada Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 011 /2022, que versa sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.595.800,23 (três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, oitocentos reais, vinte e três centavos) referente a Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2021 de recurso do SUS para Manutenção das ASPS e Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nas contas 15313-3; 11844-X; 15193-8; 15846-8; 5865-3; 5935-8; 5939-0; 6319-3; 6850-0; 7096-3; 7555-8; 7942-1; 8439-5; 8440-9; 624001-4; 624001-6; 624003-7; 624004-5; 10-7; 11-5; 624007-0; 624008-8 (Banco do Brasil e Caixa Econômica).

Desta forma, na procura da legitimidade e esmero de nossos trabalhos, e em acatamento com a Lei Federal nº 4.320/64, encaminhamos o presente projeto de lei, para apreciação, discussão e votação, por parte desta egrégia Câmara Municipal em caráter de **URGÊNCIA URGENTÍSSIMA** por se tratar de verba da Saúde.

No ensejo, reiteramos os nossos votos de estima e distinta consideração.

Eng. Paulo de Frontin, 05 de Abril de 2022.


JOSE EMMANUEL R. ARTEMENKO
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin
Recebido em 05/04/2022
Hora: 15:47
ASS. Jose Hauer

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin
Projeto nº 1992 de 05/04/22
nº 07 Fls. 24/75
ASS. [Assinatura]



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN
GABINETE DO PREFEITO



PAULO DE FRONTIN

Uma Fronteira para o Futuro

Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin

PROJETO DE LEI Nº 011 DE 05 DE ABRIL DE 2022

Protocolo nº 1902 de 25/4/22

Fls. 04 Fls. 24/25

ASS. _____

EMENTA: "Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Vigente"

A CÂMARA MUNICIPAL DE ENG. PAULO DE FRONTIN aprova e eu, José Emmanuel Rodrigues Artemenko, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte

LEI MUNICIPAL:

Art. 1º. Em conformidade com o artigo 4º da Lei Municipal nº 114, de 14 de dezembro de 2021, fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por Superávit Financeiro, na importância de R\$ 3.595.800,23 (três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, oitocentos reais, vinte e três centavos), com as seguintes classificações e descrições:

FONTE 0020 = R\$ 1.986.327,06 (Recursos do SUS - Manutenção das ASPS)

FONTE 0020 = R\$ 1.609.473,17 (Recursos do SUS - Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde)

- Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD): R\$ 255.000,00

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	301	3003	2306	3.3.90.30.00.00.00.0	2.600.000	10.000,00
03	001	10	301	3003	2306	3.3.90.39.00.00.00.0	2.600.000	245.000,00

- Incremento Temporário da Atenção Básica: R\$ 293.441,50

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	301	3003	2417	3.3.90.30.00.00.00.0	2.600.000	1.000,00
03	001	10	301	3003	2417	3.3.90.39.00.00.00.0	2.600.000	292.441,50

- Programa Saúde na Escola (PSE): R\$ 18.822,40

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	301	3003	2418	3.3.90.30.00.00.00.0	2.600.000	10.000,00
03	001	10	301	3003	2418	3.3.90.39.00.00.00.0	2.600.000	4.411,20
03	001	10	301	3003	2418	4.4.90.52.00.00.00.0	2.600.000	4.411,20

- Educação e Formação em Saúde: R\$ 12.000,00

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	301	3003	2419	3.3.90.30.00.00.00.0	2.600.000	6.000,00
03	001	10	301	3003	2419	3.3.90.39.00.00.00.0	2.600.000	6.000,00

- Programas de Vigilância em Saúde: R\$ 242.326,17

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	304	3006	2420	3.3.90.30.00.00.00.0	2.621.000	10.000,00
03	001	10	304	3006	2420	3.3.90.39.00.00.00.0	2.621.000	10.000,00
03	001	10	304	3006	2420	4.4.90.52.00.00.00.0	2.621.000	222.326,17

José Emmanuel R. Artemenko
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO

Uma Frontin para

Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin

Protocolo nº 002 de 25/11/22

Fls. 04 Fm. 24175

ASS. _____

- Custeio SUS: R\$ 1.164.736,99

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	302	3004	2421	3.1.90.11.00.00.00.0	2.600.000	300.000,00
03	001	10	302	3004	2421	3.1.90.13.00.00.00.0	2.600.000	200.000,00
03	001	10	302	3004	2421	3.3.90.14.00.00.00.0	2.600.000	25.000,00
03	001	10	302	3004	2421	3.3.90.30.00.00.00.0	2.600.000	300.000,00
03	001	10	302	3004	2421	3.3.90.32.00.00.00.0	2.600.000	239.736,99
03	001	10	302	3004	2421	3.3.90.39.00.00.00.0	2.600.000	100.000,00

- Emenda Parlamentar (Proposta 1140-02) - Atenção Especializada: R\$ 157.810,55

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	302	3004	2422	3.3.90.39.00.00.00.0	2.601.000	1.000,00
03	001	10	302	3004	2422	4.4.90.52.00.00.00.0	2.601.000	156.810,55

- Emenda Parlamentar (Proposta 1160-01) - Atenção Básica: R\$ 59.641,18

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	301	3003	2423	3.3.90.39.00.00.00.0	2.601.000	1.000,00
03	001	10	301	3003	2423	4.4.90.52.00.00.00.0	2.601.000	58.641,18

- Estruturação de Atenção à Saúde Bucal: R\$ 50.000,00

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	301	3003	2424	4.4.90.52.00.00.00.0	2.601.000	50.000,00

- Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Saldos de Emendas: R\$ 663.233,44

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	302	3004	2425	3.3.90.39.00.00.00.0	2.601.000	2.000,00
03	001	10	302	3004	2425	4.4.90.52.00.00.00.0	2.601.000	663.233,44

- Covid - Estruturação de Assistência Odontológica: R\$ 13.900,00

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	301	3003	2426	4.4.90.52.00.00.00.0	2.601.000	13.900,00

- Covid - Informatização (Prontuário Eletrônico): R\$ 162.942,00

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	301	3003	2427	4.4.90.52.00.00.00.0	2.601.000	162.942,00

- Emenda Parlamentar (Proposta 1200-03) - Atenção Básica: R\$ 499.946,00

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	301	3003	2428	3.3.90.39.00.00.00.0	2.601.000	1.000,00
03	001	10	301	3003	2428	4.4.90.52.00.00.00.0	2.601.000	498.946,00

José Emmanoel R. Arzemanho
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN
GABINETE DO PREFEITO



PAULO DE FRONTIN

Uma Frontin para todos

Art. 2º. O recurso para atender à presente suplementação é oriundo de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2021; conforme inciso I do Art. 43 da Lei nº 4.320 de 17/03/64. Parágrafo Único. O Superávit Financeiro apurado a que se refere o caput está demonstrado da seguinte forma:

BALANCETE CONTÁBIL DE VERIFICAÇÃO EM 31/12/2021

Agência 4647-7 (Banco do Brasil): Contas 15313-3; 14844-X; 15.493-8; 16840-8; 5865-3; 5935-8; 5939-0; 6319-3; 6850-0; 7096-3; 7555-8; 7942-1; 8439-5; 8440-9.

Agência 4763 (Caixa Econômica): Contas 624000-2; 624001-0; 624003-7; 624004-5; 10-7; 11-5; 624007-0; 624008-8.

ATIVO		PASSIVO	
FINANCEIRO		FINANCEIRO	
Disponibilidades	R\$ 5.822.803,13	Obrigações	R\$ 2.227.002,99
		Superávit	R\$ 3.595.800,23
Total	R\$ 5.822.803,13	Total	R\$ 5.822.803,13

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Engenheiro Paulo de Frontin, 05 de abril de 2022.

JOSÉ EMMANOEL RODRIGUES ARTEMENKO

Prefeito Municipal

Município de Engº Paulo de Frontin

Decreto nº 1997 de 05/4/22

nº 09 Fls. 24/25

ASS. _____

Andamento Processual

Processo nº CM PROCESSO Nº 1992 Data 05/4/22
Origem EXECUTIVO Processo nº _____
Assunto ABERT. CRED. ADIC. SUPL. NO ORÇ. VIGENTE
Prazo URG. /URG. Termino do Prazo _____

Despacho

Da Secretaria da Câmara para PRESIDENCIA Data: 05 / 4 / 22
Rubrica: HA

Recebido pela Mesa em / /

Da Mesa para: _____ Em: ____ / ____ / ____

Recebido pela Comissão em ____ / ____ / ____ Rubrica: _____

Convocada reunião da Comissão para: ____ / ____ / ____ às ____ hs

Retorno ao Plenário com Parecer em: / /

Da tramitação em Plenário: Andamento do Processo



PARECER

Ementa: “Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente”.

I – CONSULTA:

Foi encaminhado a esta Procuradoria desta Casa de Leis para emissão de parecer, o Projeto de Lei nº. 011/2022 (Mensagem 011/22), de autoria do Executivo Municipal, que tem por escopo dispor sobre a abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR no orçamento vigente.

É o sucinto relatório. Passo a análise jurídica.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

2.1. Da Competência e Iniciativa

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no art. 30, inciso I da Constituição da República e no **art. 69, incisos II e VI da Lei Orgânica Municipal**.

Trata-se de propositura de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 106 c/c 109 da Lei Orgânica Municipal.

Desta forma, quanto à competência e iniciativa a Consultoria Jurídica OPINA favorável a tramitação do Projeto de Lei em comento.

2.2. Da Legislação Federal Vigente

Um dos objetivos do sistema orçamentário inaugurado pela Constituição da República de 1988 é exatamente o de permitir o controle sobre os recursos públicos e o equilíbrio orçamentário. Talvez por isso, o artigo 167 da Constituição Federal elenca vedações orçamentárias que, de algum modo, não possibilitariam alcançar-se o controle dos recursos ou o equilíbrio orçamentário, dentre elas se destacam:

- a) programas e projetos não podem ser iniciados sem que estejam incluídos na lei orçamentária anual;
- b) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas não podem exceder os créditos orçamentários ou adicionais;
- c) a realização de operações de crédito, não podem exceder o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante crédito suplementares com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;
- d) abertura de créditos suplementares ou especial está condicionada a prévia autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes;
- e) impõem-se autorização legislativa para a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro; e
- f) a concessão ou utilização de créditos é limitada.

A abertura de crédito adicional especial é destinada para despesas não previstas no orçamento, de acordo com os artigos 40, 41 e 42 da Lei nº. 4.320/64:

“Lei Federal nº. 4.320/64

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Assim, impondo limites às ações do executivo, os dispositivos supramencionados pretendem limitar o



Estado do Rio de Janeiro
Município de Engenheiro Paulo de Frontin
Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin

gasto público ao previsto no orçamento, que é valorizado na medida em que exige autorização legislativa para abertura de créditos estranhos ao orçamento vigente.

2.3. Das Classificações e Fontes de Recursos

O artigo 1º do Projeto de Lei em comento solicita autorização legislativa para abertura de crédito especial no valor que estabelece.

Nos termos do artigo 2º, **os créditos seriam oriundos de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício 2021.**

Outra consideração a ser feita, preceitua que os créditos adicionais jamais poderão ser instituídos sem a existência das correspondentes receitas excedentes, e serão precedidos de exposição e justificativa, conforme determina o art. 43 da Lei Federal n. 4.320/1964, in verbis:

“Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.”

NO ENTANTO, NÃO EVIDENCIAMOS A PRECEDÊNCIA DE EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA APRESENTADA COMO REALIZADO EM OUTROS TEMPOS.

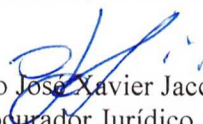
III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Consultoria Jurídica opina pela IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA da tramitação, discussão e votação do projeto de lei ora examinado pelo não cumprimento de expressa determinação legal.

Opinamos pela devolução e correção com adequações.

É o parecer,
salvo melhor juízo.

Engº. Paulo de Frontin, 20 de abril de 2022.


Maurício José Xavier Jaccoud
Procurador Jurídico